

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS DA REGIÃO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE

Allison Ferreira de Lima¹, Bruno Vinicius Silva de Araújo², Carmem Sara Pinheiro de Oliveira³

Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)¹; Mestra em Aquicultura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)³.

RESUMO: A agricultura familiar vem se destacando nos últimos anos, devido à produção sustentável, favorecendo a geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. O presente estudo objetivou caracterizar o perfil agrícola familiar de assentados da região semiárida do oeste do Rio Grande do Norte. Utilizou-se dados primários, oriundos da aplicação de questionários nos assentamentos: Hipólito, Quixaba e Canto das Pedras, onde foram entrevistados 23 chefes de família. Os principais resultados apontam que: 65,22% dos responsáveis são do sexo masculino. A maior parte das unidades familiares é gerenciada por pessoas nas seguintes faixas etárias: 31 a 40 e 51 a 60 anos. No que se refere à escolaridade, o nível é relativamente baixo. As atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos se dividiam de forma diversificada: bovinocultura, ovinocaprinopecuária, suinocultura, avicultura, fruticultura, produção de cereais e de hortaliças. No geral, 60,86% dos entrevistados possuem outra atividade remunerada. A comercialização da produção ocorre de maneira informal e o preço é estabelecido de acordo com o mercado local. Conclui-se que a principal fonte de renda é a produção animal e vegetal, podendo estar associada a empregos remunerados. Dessa forma, podemos constatar que os assentamentos avaliados apresentam possibilidades de desenvolvimento, porém necessitam de ações de incentivo através de programas governamentais.

Palavras-chave: criação, cultivo, incentivo.

OUTLINE OF THE FAMILY FARM WEST REGION OF SETTLEMENTS IN THE STATE RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT: Family farming has been increasing in recent years due to sustainable production, favoring the generation of jobs and income, food security and local development. This study aimed to characterize the family farm profile settlers of the semiarid of western Rio Grande do Norte region. We used primary data, derived from the questionnaires in the settlements: Hipólito, Quixaba and Canto das Pedras, they were interviewed 23 heads of households. The main results show that: 65.22% of heads are male. Most family units is managed by people in the following age groups: 31-40 and 51-60 years. With regard to education, the level is relatively low. The productive activities in the settlements were divided diversified exposure: cattle, sheep and goat farming, pig farming, poultry farming, fruit growing, production of cereals and vegetables. Overall, 60.86% of respondents have other gainful activity. The commercialization of the production takes place informally and the price is set according to the local market. We concluded that the main source of income is animal and plant production and can be associated with paid employment. In this way, we can verify that the evaluated settlements present possibilities of development, but they need incentive actions through governmental programs.

Keywords: creation, cultivation, incentive.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a agricultura familiar destaca-se como forma de produção sustentável, onde vem ganhando especial atenção nos últimos anos, impulsionada pela frequente discussão sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (SOUZA et al., 2004).

A agricultura familiar deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento, propiciando melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Além disso, pode-se considerar que esta prática tem contribuído para uma produção agrícola sustentável, a partir da constatação de que é mais usual a adoção de práticas de cultivo que priorizam uma diversificação de produtos, redução de insumos industriais e a preservação do meio ambiente (ABROMAVAY, 1998).

O estudo do desenvolvimento sustentável na agricultura deve ancorar-se na percepção da relação intrínseca entre as diferentes variáveis econômicas, sociais e ambientais, além das tecnológicas e culturais, e na valorização do saber da experiência dos agricultores (SANTOS, 2013).

Esse sistema de produção é formado por pequenos e médios produtores rurais, representando a maioria dos produtores no Brasil, com cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, sendo que 50% destes situam-se na região nordeste. A agricultura familiar é responsável por 60% da produção nacional dos produtos básicos da dieta brasileira, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Porém, a baixa escolaridade que impera entre agricultores familiares é uma das causas das dificuldades enfrentadas na comercialização de seus produtos (PORTUGAL, 2004).

Esses dados mostram que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural está alicerçada na capacidade de absorção de mão de obra e de geração de renda no campo, tornando-se um meio eficiente de redução do êxodo rural (BRIXIUS et al., 2006).

Os trabalhadores desse segmento, em sua maioria, se constituem do próprio núcleo familiar, possíveis agregados e geralmente poucos trabalhadores formais. De acordo com a legislação (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), agricultor familiar é o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Na região do semiárido, a produção agrícola familiar é resultante da combinação de várias atividades econômicas, como a criação de animais, hortas, apicultura, cajucultura, além das atividades não agrícolas denominadas de pluriatividade, visto que muitas famílias que residem na zona rural buscam atividades não agrícolas como forma de reprodução social. Esta discussão foi introduzida no Brasil por estudos acadêmicos nos anos 1990, a partir da compreensão das estratégias de reprodução social da agricultura familiar (CARNEIRO, 2005).

O oeste Potiguar possui como bioma a caatinga, onde podem ser encontrados três tipos: a Caatinga Arbórea Arbustiva Fechada, onde predominam porte arbóreo, com a presença de arbustos, sem áreas descobertas de vegetação; Caatinga Arbustiva Arbórea Fechada, onde predominam os arbustos, sendo a vegetação compacta sem clareiras; e Caatinga Arbustiva Aberta, onde há ausência de indivíduos de porte arbóreo, ou seja, possui clareiras (IBGE, 2016).

Os elementos climáticos influenciam diretamente na produtividade agrícola, portanto é de suma importância seu conhecimento para uma adequada escolha do tipo de produção. O clima da região estudada é seco, muito quente e com estação chuvosa no verão. Apresenta temperatura média anual de 27,4°C, precipitação pluviométrica anual bastante irregular, com média de 673,9 mm e umidade relativa de 68,9% (DIAS et al., 2010; IBGE, 2016).

Em consonância com o que foi mencionado acima, o presente estudo objetivou destacar e evidenciar o perfil agrícola familiar de assentados da região semiárida do Oeste Potiguar.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado nos assentamentos Hipólito e Quixaba, ambos localizados no município de Mossoró e no assentamento Canto das Pedras, situado no município de Carnaubais, todos pertencentes à região semiárida do Oeste Potiguar, localizada no estado do Rio Grande do Norte.

Foram aplicados questionários investigativos acerca da produção animal, vegetal e se os proprietários possuíam cadastro de suas produções na EMATER-RN, além do perfil desses agricultores, identificados apenas por idade, sexo e nível de escolaridade mantendo, assim, sua identidade preservada.

No que concerne à seleção dos avaliados, essa ocorreu através de visitas a suas residências sem marcação prévia, onde se entrevistava preferencialmente o responsável pela unidade familiar, conseqüentemente, o idealizador da produção de base na propriedade de maneira livre e espontânea. Em sua ausência, a pesquisa acontecia com alguém que estivesse presente e o substituisse hierarquicamente no núcleo familiar.

Acerca dos questionários, o mesmo possuía apenas questões fechadas de múltipla escolha e abordava aspectos como: faixa etária, sexo, número de pessoas por residência, grau de escolaridade, se possuíam ou não cadastro na EMATER, se possuíam produção animal e/ou vegetal, tipo de produção, se possuíam outra atividade remunerada, dentre outras.

O levantamento dos dados ocorreu no período de maio a junho de 2015, com 23 famílias assentadas, distribuídas nos três assentamentos que foram objetos de estudo, sendo 14 no Hipólito, 7 no Quixaba e 2 no Canto das Pedras. O número de entrevistados foi em decorrência da disponibilidade dos assentados. Ao final da aplicação, os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel, versão 2010 e posteriormente, expressos estatisticamente de forma descritiva em média e porcentagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 23 agricultores entrevistados 65,22% eram do sexo masculino e 34,78% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 21 a 63 anos, sendo que 13,04% encontram-se na faixa etária entre 21 a 30 anos; 21,73% encontram-se entre 41 a 50 anos e 13,07% apresentam idade superior a 61 anos. As faixas etárias entre 31 a 40 e 51 a 60 anos destacam-se apresentando, 26,08%, cada uma. A média de moradores por residência nos assentamentos estudados, em um grupo de 92 assentados, é de 4 pessoas por residência (Figura 1).

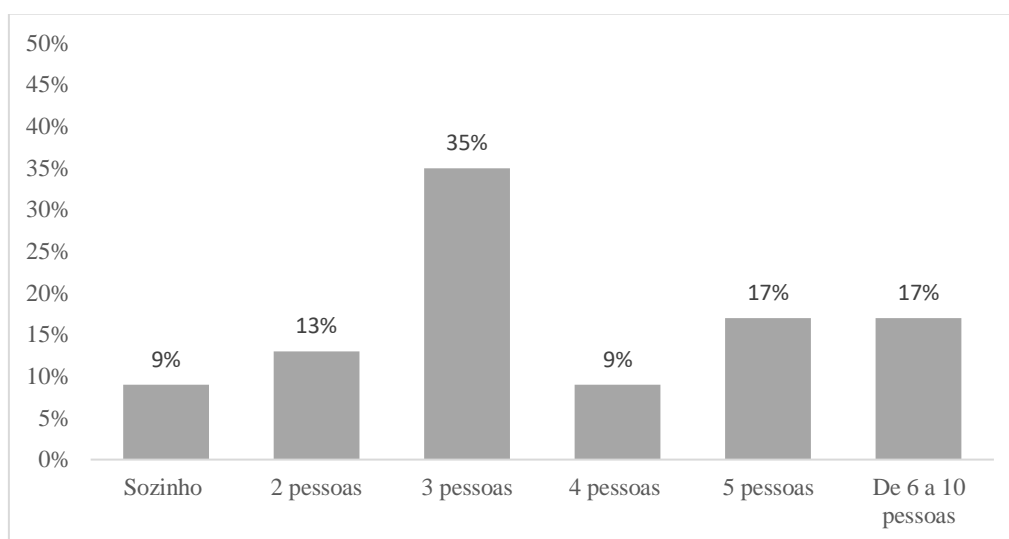


Figura 1. Percentual de moradores por residência em assentamentos da região Oeste no Estado Rio Grande do Norte.

Quanto ao grau de escolaridade observado (Figura 2), percebe-se que nenhum dos entrevistados possui ou cursa um ensino superior. Segundo Bittencourt (1998), essa realidade se deve pelo fato de que os esforços para a alfabetização de adultos são recentes e crianças tendem a abandonar a escola devido à falta dessas instituições de ensino para continuar os estudos após o primário, assim como sua distância aos locais de moradia, atrelado a falta de transporte ou seu tempo até as escolas. Outro fator de destaque em meio a esse contexto é o abandono escolar com o intuito de começar a trabalhar, seja na lavoura ou migrando para os grandes centros urbanos, o que pode não ser compensador, já que essas pessoas não possuíram o grau adequado de escolaridade.

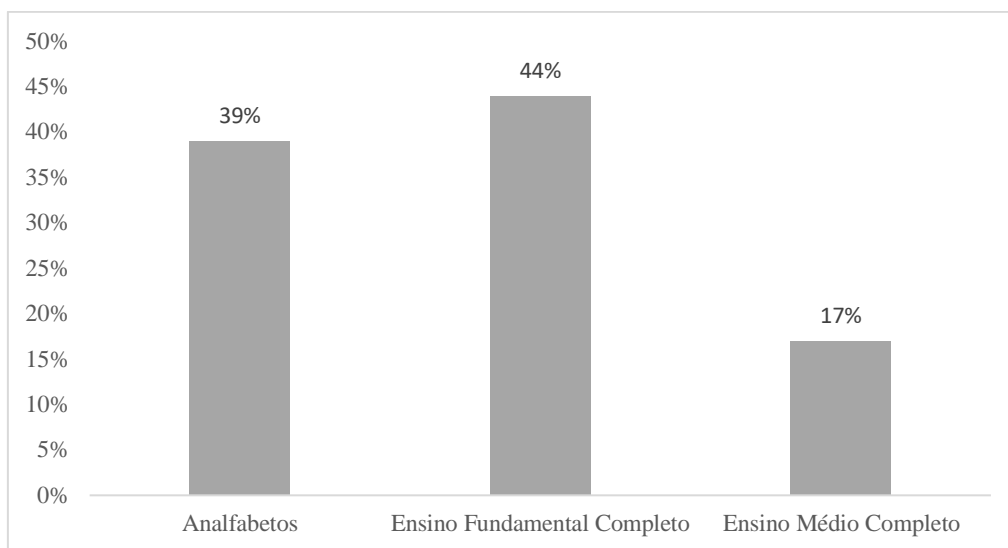


Figura 2. Grau de escolaridade de assentados da região Oeste no Estado Rio Grande do Norte.

A organização política e o apoio institucional (infraestrutura produtiva e de serviços) atuam tanto na melhoria das condições sociais dos assentamentos como também contribuem para potencializar os sistemas produtivos (BITTENCOURT et al., 1998). Dos produtores questionados, 73,91% relataram possuir cadastro na EMATER-RN, 26,09% não apresentaram vínculo com a instituição e, conseqüentemente, não serão auxiliadas na promoção de uma melhor gestão em suas unidades produtivas.

Em relação à produção animal ou vegetal, 8,70% possuíam apenas produção animal e 91,30% possuíam produção animal e produção vegetal. Tendo em vista que este número é bastante considerável, enfatiza-se a grande importância da assistência de órgãos de capacitação e desenvolvimento. Segundo Grzybowski (1991), para incrementar o alcance e a eficácia do principal recurso complementar, é necessário à capacitação do produtor e de sua família, para melhor produtividade e eficiência com que este utiliza os recursos e serviços a sua disposição.

As atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos se dividiam de forma diversificada (Figura 3), o que é interessante, pois, segundo Sales et al. (2012), a diversificação da propriedade, além de garantir a segurança alimentar de sua família, já que a maioria dos alimentos consumidos vem da própria produção, proporciona para o pequeno agricultor a obtenção de renda de diversas fontes, independentemente da situação do mercado. Diferentemente do agricultor enraizado na concepção da monocultura que corre riscos perante o mercado agropecuário produtivo. Para que a agricultura familiar possa manter-se no atual cenário de mercado cada vez mais competitivo e excludente é necessário criar formas e alternativas de trabalho e sobrevivência.

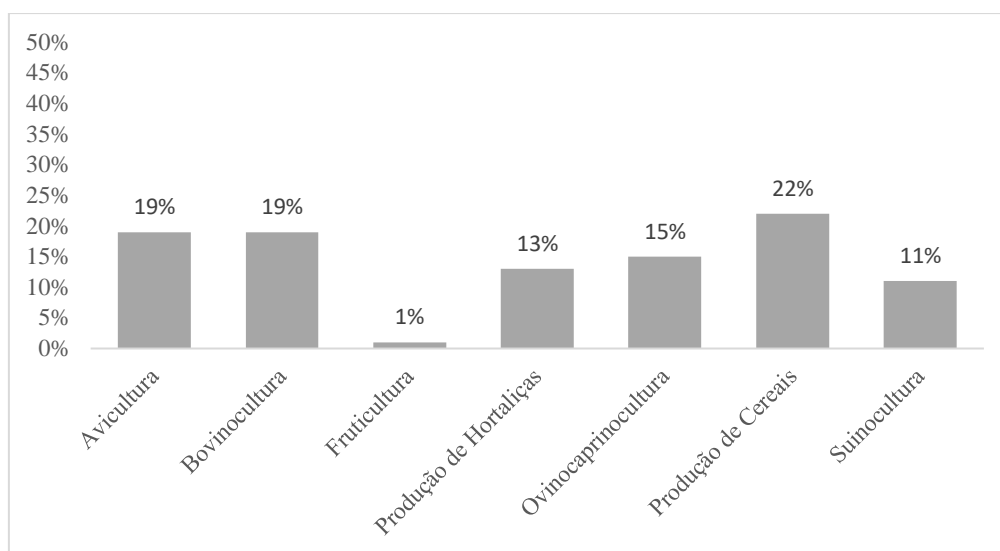


Figura 3. Percentual das práticas produtivas agrícolas e pecuárias em assentamentos da região Oeste no Estado Rio Grande do Norte.

No geral 60,86% dos entrevistados relataram possuir outra atividade remunerada, tendo a produção animal e vegetal como renda complementar, e apenas 39,14% dos produtores possuíam essa produção como renda principal. Isso evidencia uma carência de ações governamentais como implementação de programas de incentivo aos trabalhadores rurais, subsídios e entre outros fatores que possam mudar essa realidade e manter o homem do campo no campo.

O quadro natural influencia em muito a capacidade de evolução produtiva dos assentamentos. Segundo Rodrigues e Sousa (2002), as condições naturais do semiárido, principalmente os longos períodos de estiagem, se tornam um problema para a sustentabilidade da agricultura nesta região, e essas condições de sustentabilidade dos assentamentos não permitem aos agricultores e criadores a sobreviverem dessa atividade econômica durante maior parte do ano, levando-os a buscar outras atividades.

Dos assentados questionados, 8,70% produzem apenas para o seu consumo e os restantes 91,30% destinam a produção para a venda.

Verifica-se que a forma de comercialização desses produtos ocorre de maneira informal, nenhum assentado entrevistado relatou vender sua produção com contrato ou destino certo da produção. A maneira utilizada para estimar o preço dos produtos vendidos demonstra falta de conhecimento técnico para formação dos preços perante o mercado. Meirelles (2004) considera fundamental a construção de estratégias de vinculação dos agricultores com o mercado, sempre buscando meios que, por um lado, estimulem e consolidem o processo de transição e, por outro, disponibilizem à população produtos de qualidade e preços acessíveis.

Do total de produtores que comercializam seus produtos, 71,43% baseiam seu preço em criadores tidos como referência, 9,52% na oferta e preço da cidade e 19,05% baseavam-se em mais de uma opção. Quanto à forma de pagamento praticada pelos produtos provenientes dos assentados, 90,48% declarou receber sempre em dinheiro e 9,52%, a depender da situação, trocam por outros produtos.

Acerca da renda mensal oriunda das atividades produtivas, a maioria dos entrevistados (61,90%) obtém renda mensal inferior a um salário mínimo. Somente 38,60% obtém até dois salários mínimos, e nenhum dos entrevistados relatou possuir renda maior ou igual a três salários, a divisão da renda por unidade familiar ocorria de acordo com a Figura 4. As relações com os mercados quase não existem, gerando baixos níveis de renda monetária e, conseqüentemente, diminuindo os níveis de desenvolvimento socioeconômico. Segundo Guanzirollet al. (1999), a renda dos assentados está relacionada com a intensidade de tecnologias utilizadas. Ou seja, os produtores que usam mais tecnologia, tendem a ter maior renda.

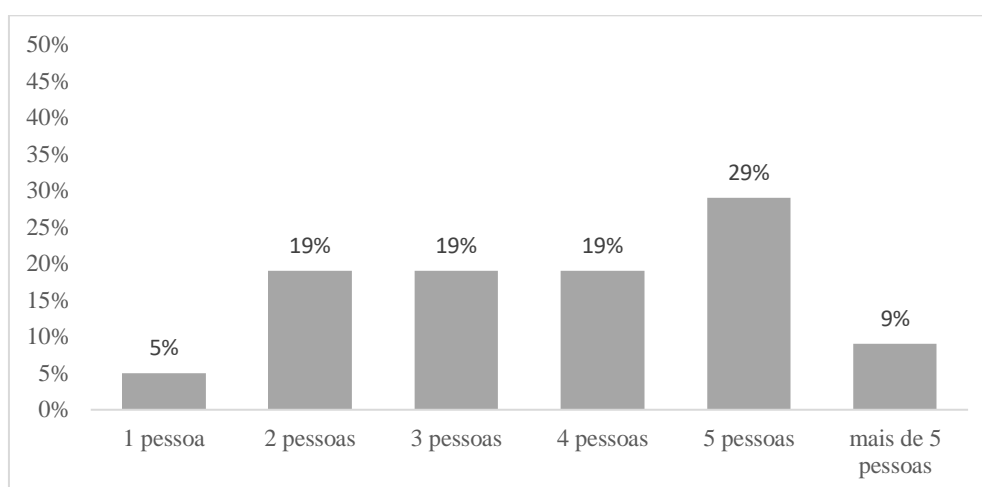


Figura 4. Divisão da renda mensal oriunda da produção agrícola e pecuária em assentamentos da região Oeste no Estado Rio Grande do Norte.

Sendo assim, faz-se necessário a implantação de programas sociais que auxiliem na convivência dos agricultores familiares com o semiárido, de forma que se possa impulsionar a produção animal e vegetal, sem agredir o meio ambiente. Isto pode ser um caminho para melhorar a qualidade de vida dos assentados e viabilizar economicamente os assentamentos.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, concluímos que os agricultores familiares da região Semiárida do Alto Oeste Potiguar apresentam baixa escolaridade. A principal fonte de renda é a produção animal e vegetal, podendo estar associada a empregos remunerados. Os produtos obtidos são comercializados de maneira informal.

Dessa forma, podemos constatar que os assentamentos avaliados apresentam possibilidades de desenvolvimento, porém carecem de ações de incentivo através de programas governamentais. Já no que concerne ao perfil agrícola dos assentados, é interessante identificar não somente sua posição frente às condições de gerações de renda, mas também suas trajetórias sociais marcadas por essa condição de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* – Vol. 15, nº 1:132-152, jan/abr. – 1998.
- BITTENCOURT, A. G. et al. (1998). Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- BRASIL, Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006.
- BRIXIUS, L.; AGUIAR, R.; MORAES, V. A. A força da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. In. *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.1/3, set/dez, 2006.
- CARNEIRO, M. J. ; MALUF, R. S. J. Multifuncionalidade da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM (UnB)*, Brasília, v. V, n. 17, p. 43-58, 2005.
- DIAS, N. S.; LIRA, R. B.; BRITO, R. F.; SOUSANETO, O. N.; FERREIRANETO, M.; OLIVEIRA, A. M. 2010. Produção de melão rendilhado em sistema hidropônico com rejeito da dessalinização de água em solução nutritiva. *R. Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.14, n.7, p.755–761.
- GRZYBOWSKI, L.M. Desenvolvimento rural: solução simples para problemas complexos. *Texto para Debate*, nº 33, Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.
- GUANZIROLI, C. et al. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *INCRA/FAO*, 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v. 1, p. 11-14, 2004.

PORTUGAL, A. D. O desafio da agricultura familiar. [S.I], 2004. Disponível em:<<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

RODRIGUES, J. F; SOUSA, A. C. O problema da sustentabilidade da agricultura nos assentamentos de reforma agrária da região de Mossoró - RN. Expressão (Mossoró), Mossoró-RN: UERN, v. 33, n.1-2, p. 31-38, 2002.

SALES, D. P. et al. Diversificação da Renda da Agricultura Familiar do Território dos Lençóis Maranhense/Munim. 2012. In: IV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL. 4. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.simbras-as.com.br/trabalhosCientificos/arquivo7>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SANTOS, C. F. Diagnóstico da agricultura familiar no Município de Janduís/RN: perspectiva social, econômica e ambiental. 2013. 102f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2013.

SOUSA, M. C. de; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B. Qualidade de Vida da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá.